

**DOSSIÊ TEMÁTICO**  
**50 ANOS DA TV PÚBLICA NO BRASIL**

**Apresentação**

**Ivonete da Silva Lopes**

Doutora em Comunicação pela UFF. Professora da Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Contato: [ivonetesilvalopes@gmail.com](mailto:ivonetesilvalopes@gmail.com)

**Patrícia Maurício**

Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Contato: [patriciamauricio@puc-rio.br](mailto:patriciamauricio@puc-rio.br)



Prezados leitores,

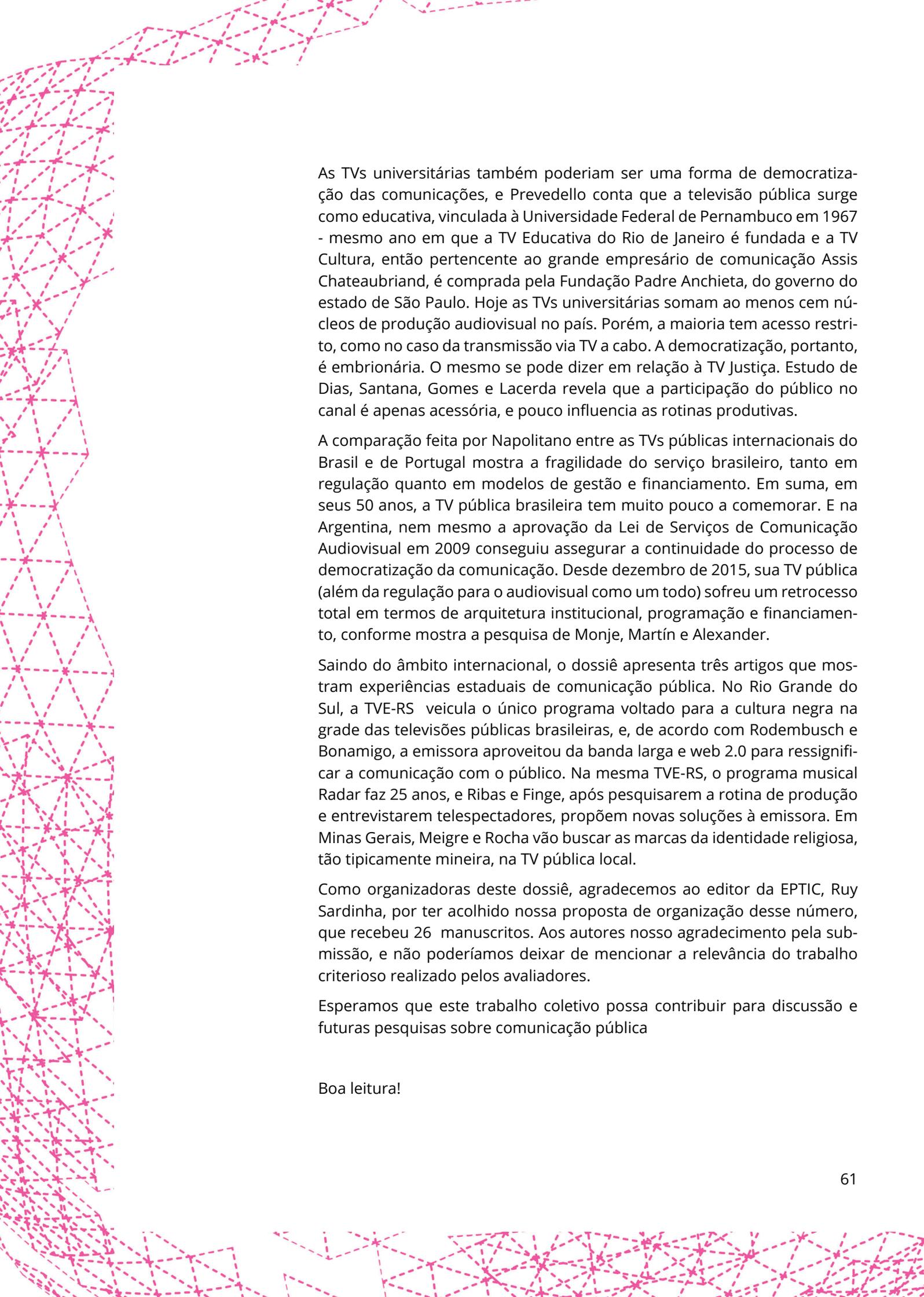
A trajetória do sistema público de radiodifusão no Brasil completa meio século em setembro de 2017. Implementado durante o regime militar, como televisão educativa, a essas emissoras foram impostas limitações quanto à veiculação de publicidade e ao formato da programação. Estas medidas visavam blindar o setor privado da concorrência com o público. Com a redemocratização do país, a nova Constituição Federal traz a concepção da complementaridade da radiodifusão entre pública, privada e estatal, ainda não regulamentada. Em 2007, o sistema público foi reformulado com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), contudo prevaleceu a lógica da marginalidade do setor: poucos recursos para investimento na programação e a cobertura distante de ser universalizada.

O quadro, que já não era alentador, sofreu retrocessos com o golpe parlamentar que levou Michel Temer a assumir a presidência do país. Uma das primeiras medidas foi retirar o caráter público da EBC com a dissolução do seu conselho curador, órgão representante da sociedade civil, assim como destituir o presidente da empresa que tinha mandato de quatro anos. Cortes no orçamento, denúncias de censura no trabalho jornalístico e extinção de programas marcam esta nova fase da EBC.

Neste cenário, publicamos o dossiê 50 anos de televisão pública brasileira, que traz nove trabalhos pela perspectiva da Economia Política da Comunicação que discutem criticamente diversos aspectos da comunicação pública. A entrevista com Laurindo Leal Filho corrobora para o entendimento sobre o que vem ocorrendo não apenas no Brasil, mas também na Argentina, em relação ao recuo da radiodifusão pública. Lalo Leal frisa que “a luta pelo fortalecimento da comunicação pública não pode ser vista de forma isolada em relação à disputa política mais ampla. Só governos comprometidos com avanços em direção ao estabelecimento de um Estado de Bem Estar Social têm algum tipo de preocupação com a comunicação pública”.

Este dossiê caminha pelos percursos da TV pública no Brasil, segue pela comparação com o que ocorre em Portugal e na Argentina e sai da esfera internacional para se concentrar em aspectos regionais da televisão pública brasileira.

O artigo de abertura é de Pieranti e Fernandes. Eles questionam se as emissoras classificadas como educativas têm realmente um perfil público, e demonstram que há até emissoras com programação majoritariamente religiosa. A luta por uma TV de fato pública, que atenda ao interesse público e, portanto, à democracia, vem de décadas no Brasil, e até hoje não teve completo sucesso. Stevanim analisa o processo sócio-histórico das lutas pela democratização da comunicação no Brasil e as dificuldades enfrentadas pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) para superar os obstáculos a cada momento colocados em seu caminho.



As TVs universitárias também poderiam ser uma forma de democratização das comunicações, e Prevedello conta que a televisão pública surge como educativa, vinculada à Universidade Federal de Pernambuco em 1967 - mesmo ano em que a TV Educativa do Rio de Janeiro é fundada e a TV Cultura, então pertencente ao grande empresário de comunicação Assis Chateaubriand, é comprada pela Fundação Padre Anchieta, do governo do estado de São Paulo. Hoje as TVs universitárias somam ao menos cem núcleos de produção audiovisual no país. Porém, a maioria tem acesso restrito, como no caso da transmissão via TV a cabo. A democratização, portanto, é embrionária. O mesmo se pode dizer em relação à TV Justiça. Estudo de Dias, Santana, Gomes e Lacerda revela que a participação do público no canal é apenas acessória, e pouco influencia as rotinas produtivas.

A comparação feita por Napolitano entre as TVs públicas internacionais do Brasil e de Portugal mostra a fragilidade do serviço brasileiro, tanto em regulação quanto em modelos de gestão e financiamento. Em suma, em seus 50 anos, a TV pública brasileira tem muito pouco a comemorar. E na Argentina, nem mesmo a aprovação da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual em 2009 conseguiu assegurar a continuidade do processo de democratização da comunicação. Desde dezembro de 2015, sua TV pública (além da regulação para o audiovisual como um todo) sofreu um retrocesso total em termos de arquitetura institucional, programação e financiamento, conforme mostra a pesquisa de Monje, Martín e Alexander.

Saindo do âmbito internacional, o dossiê apresenta três artigos que mostram experiências estaduais de comunicação pública. No Rio Grande do Sul, a TVE-RS veicula o único programa voltado para a cultura negra na grade das televisões públicas brasileiras, e, de acordo com Rodembusch e Bonamigo, a emissora aproveitou da banda larga e web 2.0 para ressignificar a comunicação com o público. Na mesma TVE-RS, o programa musical Radar faz 25 anos, e Ribas e Finge, após pesquisarem a rotina de produção e entrevistarem telespectadores, propõem novas soluções à emissora. Em Minas Gerais, Meigre e Rocha vão buscar as marcas da identidade religiosa, tão tipicamente mineira, na TV pública local.

Como organizadoras deste dossiê, agradecemos ao editor da EPTIC, Ruy Sardinha, por ter acolhido nossa proposta de organização desse número, que recebeu 26 manuscritos. Aos autores nosso agradecimento pela submissão, e não poderíamos deixar de mencionar a relevância do trabalho criterioso realizado pelos avaliadores.

Esperamos que este trabalho coletivo possa contribuir para discussão e futuras pesquisas sobre comunicação pública

Boa leitura!